

RECENSÕES

MAFFEI, Eugênio; FERREIRA IRMÃO; SOUZA, Hermino Ramos de. *Irrigação e Emprego no Sertão do São Francisco*, Recife, Projeto OIT/PNUD/SUDENE, 1986.

O recente revigoramento do Programa de Irrigação do Nordeste – agora sob a denominação de PROINE – prevê a implantação de mais de 1 milhão de hectares irrigados na região nos próximos cinco anos. Desse total, pelo menos 600 mil hectares deverão ser entregues à exploração empresarial, seguindo os passos da experiência da CODEVASF no submédio vale do São Francisco nos últimos 10 anos.

Essa experiência, encarada sob o ângulo da capacidade de absorção de mão-de-obra, constitui o principal objetivo da pesquisa de Maffei, Ferreira e Souza, que subsidiariamente também oferecem todo um conjunto de coeficientes técnicos relativos à produção irrigada do submédio São Francisco.

Baseada em pesquisa de campo, aplicada a uma amostra de propriedades familiares e empresariais localizadas dentro e fora de perímetros públicos irrigados, o estudo apresenta, entre outras, as seguintes conclusões:

- a) a irrigação, tal como praticada no submédio São Francisco, pode ser considerada como um veículo da dinamização do mercado de trabalho e do crescimento do emprego, conforme observado pelos autores na região;
- b) os dados coletados indicam a irrigação privada – empresas e propriedades familiares fora dos perímetros públicos – como empregadores mais eficazes de mão-de-obra que seus congêneres instalados sob a cobertura do setor público;
- c) apesar dos elevados níveis de produtividade encontrados pelos autores na agricultura irrigada da região, os salários dos trabalhadores permanecem em níveis de subsistência;
- d) em média, a agricultura irrigada absorveria 0,7 trabalhadores permanentes por hectare, coeficiente esse significativamente superior à média de 0,06 empregos por hectare encontrada em estudo anterior dos autores para o consórcio algodão mocó-milho-feijão, tradicional na chamada agricultura 'de chuva' do Sertão nordestino. Embora considerada satisfatória, a absorção de mão-de-obra pela agricultura irrigada poderia ainda ser ampliada,

segundo os autores, por um aumento da intensidade do uso do solo irrigado, além de uma ênfase maior em cultivos mais absorvedores de trabalho humano, como seria o caso da uva.

Embora dificilmente refutáveis, as conclusões acima merecem alguma discussão, diante da relevância que o tema da irrigação adquire no Nordeste, não apenas pelo considerável aporte de recursos financeiros a ela destinados, mas sobretudo pelo volume de recursos humanos e naturais comprometidos com o programa.

Inicialmente, no que se refere às possíveis vantagens do setor privado diante da iniciativa pública, a conclusão precisa ser encarada com extrema cautela, uma vez que sob a nomenclatura genérica "setor privado" se encontra uma variedade de diferentes sistemas de produção irrigada, combinando desde a pequena unidade familiar até a grande fazenda empresarial. O mesmo aconteceria com a chamada "irrigação pública", que reuniria não apenas pequenas parcelas a cargo de colonos irrigantes, mas também unidades dezenas de vezes maiores, administradas por entidades empresariais.

Uma segunda questão diz respeito à validade de coeficientes de absorção de mão-de-obra calculados em função de produtos agrícolas específicos, como por exemplo o tomate ou o feijão, uma vez que os mesmos nada informam quanto à natureza do processo tecnológico empregado pela variedade de unidades produtivas que forneceram os dados para aquela elaboração. Na prática, unidades familiares e empresas agrícolas utilizam sistemas produtivos que diferem substancialmente, não apenas quanto ao volume, mas também quanto à qualidade dos empregos gerados.¹

Com um mínimo de 60 por cento da área do PROINE previamente alocada para a atividade empresarial – o que significa que não estarão disponíveis para unidades familiares –, generalizações como aquelas propostas no trabalho em questão podem facilmente alimentar distorções, como é o caso da AGROVALE, que em seus 6 mil hectares de cana-de-açúcar emprega não mais de 0,02 trabalhadores por hectare/ano, sem contar as ameaças ao precário equilíbrio ecológico da região.

O grau de envolvimento do setor público em quase todas as fases do processo de produção agrícola, ao lado da indiscutível importância da irrigação como ferramenta de trabalho agrícola, tornariam ocioso o debate do tipo irrigar x não irrigar, ou irrigação "pública" x irrigação "privada". Ao contrário, o que se encontra aberto ao debate urgente e conclusivo – uma vez que projetos e obras já estão em andamento – é a questão das características que deverão possuir os novos perímetros de irrigação, a fim de que objetivos sociais, como a maximização e valorização do trabalho humano possam ser devidamente alcançados. É um debate que se trava a nível internacional, surgido do reconhecimento do fracasso dos famosos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, que, ao lado dos projetos de irrigação, compunham a linha de frente dos pacotes de modernização agrícola oferecidos pelas agências internacionais ao longo dos anos 70.² Na fase atual, é perseguido o chamado *crescimento com equidade*, num esforço que se contrapõe ao crescimento concentrado em poucas mãos, constatado em todas as avaliações conhecidas de projetos executados na fase anterior, e na qual se in-

cluem os perímetros irrigados do São Francisco, como observado por Maffei, Ferreira e Souza.³ (p. 64)

Na agricultura, equidade é sinônimo de acesso aos meios de produção, dos quais o trabalhador rural vem sendo expropriado reconhecidamente há séculos. Na fase de expansão urbano industrial, pouco haveria que reclamar desse processo; entretanto, esgotadas as fontes de emprego urbano e ocupadas todas as calçadas pelo setor informal, onde encontrar alternativas de trabalho humano, se não na própria redefinição dos sistemas de organização da produção agrícola? Nesse sentido, por que encarar a proletarização rural, ou a mecanização agrícola, como um processo "inevitável", alimentado pelo progresso econômico, como sugerem os autores (p. 137), uma vez que o mesmo reflete os incentivos oferecidos pelo setor público nos anos recentes?

Na definição do volume e da qualidade do emprego rural, certamente não atuam individualmente a natureza dos cultivos, o tamanho da unidade de produção ou a tecnologia de irrigação utilizada, mas sim todos esses fatores combinados na forma de um "sistema de produção", como reconhecem Maffei, Ferreira e Souza (p. 127). Independente de ser público ou privado, é o sistema de produção de base familiar, equipado com tecnologias de irrigação de baixo custo, que oferece as melhores condições de resposta ao desafio do aumento equitativo do emprego e da renda no meio rural do Nordeste.

Finalmente, valeria lembrar que a reprodução ampliada do modelo de irrigação do São Francisco, como proposto pelos autores, poderia resultar numa redução ainda maior da área destinada à produção alimentar no Nordeste. Com sua produção subordinada às secas periódicas, os cultivos alimentares nunca tiveram presença regular nos perímetros irrigados, reservados para cultivos mais "nobres", como o tomate e o algodão, destinados às agroindústrias, que abastecem prioritariamente os mercados do centro-sul do país. Isso sem mencionar a cana-de-açúcar, que preenche mais de um terço de toda a área pública irrigada do sub-médio São Francisco. Um argumento usado com frequência em apoio àquele processo é o de que as políticas agrícolas devem promover a elevação da renda dos produtores, não importa se ela provém de alimentos ou matérias-primas agroindustriais; contudo, num caso extremo, porém cada vez mais próximo da realidade nordestina, quando todos cultivarem uva, melão e cana, quem plantará feijão?

Henrique O. M. de Barros

Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 É o caso, por exemplo, das diferenças entre os coeficientes de absorção de mão-de-obra de empresas como a Agrocica, situada no perímetro irrigado de Maniçoba, e dos pequenos produtores de tomate da região. O mesmo aconteceria com o feijão irrigado, quando plantado de forma mecanizada ou pela pequena unidade familiar.

- 2 Para um sumário da evolução das propostas de desenvolvimento agrícola nas três últimas décadas, ver Eicher & Staatz (1984). Uma avaliação crítica dos resultados dos modelos de *high pay-off*, correspondentes à fase da chamada "revolução verde", pode ser encontrada em Pearse (1975) e Griffin (1974).
- 3 No Nordeste, um caso dramático de concentração de renda promovida pela política de irrigação é o das várzeas do Baixo São Francisco, discutido em Barros (1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, H. O. M. de. Modernização agrícola autoritária e desestruturação do ecossistema: o caso do baixo São Francisco, *Cadernos de Estudos Sociais* 1, Recife, 1985.
- EICHER, C. K. & STAATZ, J. M. *Agricultural Development in the Third World*, London, The John Hopkins, 1984
- GRIFFIN, K. *The Political Economy of Agrarian Change: An Essay on the green revolution*, Cambridge, Harvard University Press. (Mass.) 1974
- PEARSE, A. *The Social and Economic Implications of large-scale Introduction of New Varieties of Foodgrain: An Overview Report*. New York, United Nations Research Institute for Social Development, 1975

LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 134 p.

Lamounier e Meneguello desenvolvem um estudo, baseado no debate "Partidos Políticos nos Processos de Redemocratização do Cone Sul da América Latina" realizado em Washington, DC em 1985, cujo objetivo é um registro dos trabalhos feitos em cima do problema partidário, assim, como suscitar questões sobre o que se poderia fazer em termos de uma legislação eleitoral. Às vésperas do Congresso Constituinte, traduz-se como de extrema importância no debate democrático.

Levando em consideração que partidos bem estruturados são fundamentais à consolidação de um processo de redemocratização, os autores centram a discussão na debilidade e descontinuidade da história partidária do Brasil, "um caso notório de subdesenvolvimento partidário". Utilizam a perspectiva comparada na análise, tomando como pontos referenciais os processos de redemocratização e consolidação democrática ocorridos e/ou em ocorrência na América do Sul, sem no entanto caírem no erro de generalizações inconseqüentes.

Levantam indagações básicas. Como explicar a persistente fragilidade dos sistemas partidários brasileiros? Como foi possível que essa fragilidade se intensi-